

**Entre o Ensino e o Debate: o Uso Do Documentário “The Corporation”
Como Recurso Didático na Formação de Administradores Brasileiros**

Between teaching and debate: the using of the documentary “The Corporation” as a
didactic resource on the Brazilian manager’s undergraduate education

Rodrigo Gava
(UFV)
Wesley Silva Xavier
(CEPEAD/UFMG)

Resumo

Em busca de contribuir para que o campo da administração tenha instrumentos de ensino estimulantes para a formação do administrador, este artigo comenta o emprego de uma produção cinematográfica em sala de aula. Tendo por referência o documentário *The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power*, coloca-se em questão (a) a organização corporativa geradora, num só tempo, de abundância e de externalizações negativas, que prioritariamente busca o lucro e se perde frente às necessidades humanas e ambientais; e (b) a lógica do lucro como responsável pelo modo como é construída a cultura corporativa e suas noções de responsabilidade social e política no espaço público. Assim, estimula o debate sobre a ação daqueles que se tornaram os atores protagonistas na organização social, assim como permite ver as articuladas visões de mundo, os valores, as identidades e ideologias presentes em determinadas sociedades. Ademais, os filmes permitem a articulação de uma referência estimulante e dotada de uma linguagem própria e de intensa presença no cotidiano dos alunos de graduação.

Palavras-Chave: ensino, documentários, organizações, sociedade.

Abstract

In order to contribute to the field of management to have stimulant instruments of teaching for the manager's undergraduate education, this article comments the utilization of a cinematographic production in classroom. Using the documentary *The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power*, it puts into subject (a) the corporation capacity of generate, at once, of abundance and of negative results that mainly looks for the profit and gets lost from the human and environmental needs; and (b) the profit logic as responsible for the way that corporate culture is constructed and it's notions of social and political responsibility in the public space. Therefore, it stimulates the debate about the action of those that became the protagonists in the social organization, as well as it allows to see different world views, values, identities and ideologies found in given societies. Furthermore, films permit the articulation of a stimulating reference with a unique language that has intense presence in the daily life of the undergraduate students.

Key words: teaching; documentaries; organizations; society.

1 Introdução

Embora tenham sido muitas as análises da natureza e comportamento das organizações, sejam elas nos campos da administração, da economia ou mesmo da sociologia, trata-se de tema que naturalmente dificulta o trabalho dos pesquisadores e professores, principalmente em função da diversidade de conteúdos com os quais acabam se relacionando. A complexidade da realidade acaba por incitar o rompimento com a (pretendida) rigidez dos limites que os separa, que embora tecnicamente confortáveis para que tratemos dos fatos, não necessariamente são justos para a identificação dos motivos de suas manifestações.

Procurando contribuir para o uso de instrumentos de ensino estimulantes para o debate de temas relevantes na formação do administrador, permitindo que escape à visão curricular predominantemente funcionalista em que é formado, este artigo sugere o emprego de uma produção cinematográfica em sala de aula. Pretende-se, dessa forma, oferecer meios para que os alunos possam, de certa forma, escapar aos estímulos dominantes na literatura da área, que contempla, cegamente, a força e a importância das empresas a despeito de suas responsabilidades. E, nesse sentido, entender como as corporações são atores protagonistas na organização social que se apresenta, na qual as desigualdades de condições de vida acabam, inclusive, sendo cooptadas como meios estratégicos que reafirmam suas marcas, as preferências por seus produtos e, conseqüentemente, sua força de dominação. A partir daí, entender o quanto elas não agem como reflexo de um movimento natural de uma sociedade, mas sim, o quanto são frutos e sementes de visões de mundo, valores, identidades e ideologias.

Tendo por referência o documentário *The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power*, lançado em 2004, este trabalho pretende cercar alguns temas que permitem a inserção em contextos históricos ricos para serem usados por parte dos professores que lecionam em cursos de administração, especialmente, mas não somente, em disciplinas que articulem as temáticas da estratégia, da política empresarial, do marketing, dos estudos organizacionais, das finanças e contabilidade e dos recursos humanos. Também se torna útil noutros campos que contribuem com a formação do administrador, caso da sociologia das organizações, da psicologia aplicada e da antropologia do consumo.

Essa iniciativa se apresenta como esforço de contraposição à formação preponderante na maioria dos cursos de graduação em administração no país, de clamor essencialmente utilitarista e obediente a conteúdos técnicos, onde as orientações da racionalidade produtiva, lucrativa e de sucesso no trabalho corporativo, acabam esvaziando o conteúdo moral dos envolvidos, restringindo, dessa forma, sua dimensão humana e política. Mas isso não significa abandono ou desmerecimento ao conteúdo técnico relevante que tanto demandam os praticantes, mas, pelo contrário, que seja um motivador à participação mais ativa dos praticantes junto aos teóricos e vice versa, dado que o foco central é a empresa, seu funcionamento e destino, onde os administradores podem exercer papel fundamental.

Como orientação à elaboração do artigo, dois pontos centrais foram definidos: (a) a dinâmica do movimento corporativo como gerador tanto de abundância quanto de externalizações negativas, dada sua atenção à busca pelo lucro assim como sua (des)atenção programada às necessidades humanas e ambientais e; (b) o quanto a lógica do lucro é responsável pelo modo como é construída a cultura corporativa e suas noções de responsabilidade social e política no espaço público. Para o alcance do objetivo pretende-se, tendo por referência os dois pontos ressaltados, organizar um conteúdo que sirva de referência à promoção de discussões em ambiente de sala de aula, servindo de estímulo para que sejam questionadas a formação do administrador e a literatura utilizada. Com base nestes pontos, sugerir questões para debates a partir do filme, que podem ser usadas pelo professor para que os alunos busquem relacionar essa problematização com questões de sua realidade.

O artigo está organizado em sete seções. Além da introdução, segue uma breve descrição do documentário, uma discussão que articula os dois elementos identificados como centrais para nesta proposta, seguidos por algumas indicações sobre tópicos a serem discutidos em sala a partir do documentário. Então, algumas considerações finais e as referências bibliográficas.

2 The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power

Baseado no livro de Joel Bakan – *The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power*. London: Constable. 2004 – e estruturado em 20 capítulos, o filme¹ trata da construção da personalidade corporativa patológica, por meio de uma suposta reprodução natural de ações problemáticas, das externalidades e aversões aos custos, dos limites do controle democrático que se tem sobre as corporações e do quanto tem aumentado seu controle sobre as instituições

democráticas e a colonização da vida pública. Acompanha o filme um vídeo complementar com 40 depoimentos e indicações de documentários específicos e fontes de web sites sobre *branding*, capitalismo, crime corporativo, corporações e governo, democracia, ética e valores, externalidades, história, mão-de-obra, marketing, marketing para crianças, gerenciamento de percepção, regulamentação, responsabilidade social, estratégias, mercado, natureza da corporação, papel do governo e comércio. Direcionado a uma audiência de massa, não especialista, o objetivo é uma reflexão sobre o papel e a função exercida pela corporação frente às necessidades sócio-econômicas contemporâneas. Enfim, desenvolver uma análise da realidade atual das relações entre sociedade, corporações e Estado.

Fundamental no desenvolvimento da corporação é que mesmo sendo uma pessoa jurídica, a pessoa física dela proprietária não poderia ser responsabilizada por seus riscos, ou seja, teria responsabilidade limitada. Assim, as pessoas nas corporações não teriam consciência moral, já que a preocupação e objeto desta 'coisa' social é a remuneração dos acionistas, pensamento estruturado no incentivo para obtenção de mais lucro. Mas o alcance do poder obtido pelas grandes corporações não teria ocorrido se elas tivessem marcado sua existência apenas como geradoras de externalidades. É notório que o papel da corporação como provedora de bens e serviços melhoraram as condições de vida das pessoas, no entanto, o que se questiona aqui é a crença no ideário liberal da economia ortodoxa, baseado na liberdade das ações individuais que sustenta o discurso dos que, aparentemente, se beneficiam de uma liberdade generalizada.

Além do exposto, vale destacar que embora a relação entre as corporações e o meio ambiente (problemas climáticos) se torne cada vez mais relevante, as corporações, conforme depoimento no filme, só se voltariam para questões ambientais quando estas tiverem um valor que possa ser enquadrado como uma *commodity*, já que, para estas, obedecer ou não a uma lei é uma questão de custo, dado seu pensamento linear, e não de responsabilidade para com problemas sociais e naturais. Assim, e por se tratar de uma pessoa, a corporação acaba sendo analisada no filme como um psicopata, pois não se preocupa com os outros, não tem alma a salvar e nem corpo a confinar, o que a faria particularmente patológica e destrutiva.

3 As corporações e a sociedade: meios e fins

Em primeiro lugar, é prudente posicionar as corporações, buscando entender o lugar que ocupam na sociedade. Sem buscar um embate entre prós e contras, posição que poderia desviar a atenção para julgamentos pessoais marcados ideologicamente, uma primeira caracterização parece nítida sob qualquer ponto de vista: a presença e o poder que acabaram adquirindo na sociedade.

Nesse sentido, por trás da dinâmica de sua atividade e dos impulsos que as fazem emergirem como importantes protagonistas da contextura social moderna estão as alterações técnicas. É destas que se valem para firmar um traço fundamental da dinâmica competitiva que as mantém ativa e as diferencia de outras organizações com menos capacidade de investimentos. O curioso é que se instaura uma situação de constante e inatingível busca da competência. Um modelo de racionalidade que leva empresas com menor capacidade tecnológica a se tornarem cada vez mais dependentes das grandes investidoras em pesquisa e desenvolvimento.

No que se refere à virtualidade assumida pelo que antes era conhecido como fronteira territorial, a ímpar expansão geográfica das corporações dá caráter supostamente legítimo às suas existências, assim como se expandem as políticas favoráveis aos interesses de manutenção de uma estrutura de poder governada por grandes grupos empresariais. Essas políticas invadem os programas de governo e as agendas de políticas públicas de desenvolvimento nos diversos países em que acabam sendo aplicados.

Mesmo com o olhar voltado aos (discutíveis) "benefícios", impera o ceticismo quanto à garantia de progresso material e social por meio do incremento tecnológico, constantemente questionado por transformações intelectuais e institucionais que se direcionam os sujeitos à fragmentação social, à desintegração política e ao relativismo ético (REED, 1999). Para o autor, "quem entre nós pode dar-se ao luxo de ignorar aquilo que Bauman (1998) chama de 'padrões de ação tecnológico-burocráticos modernos e a mentalidade que estes institucionalizam, geram, sustentam e reproduzem', e que consistiram nos alicerces psicossociais e nas precondições organizacionais para o Holocausto" (REED, 1999, p.62)

Considerando as recentes políticas de traços neoliberais que se expandiram, e notadamente vivenciadas pelos brasileiros, tornou-se perceptível quão contribuem para precipitar a mundialização capitalista e sinalizar uma expansão geográfica jamais vista para a ação corporativa, sendo explícita a mercantilização generalizada nas mais variadas áreas da vida social. Para essa invariável apropriação da vida pública, dois fatos se tornam marcantes: primeiro, acentuam-se

formas de manifestação da divisão internacional do trabalho e, segundo, expandem-se valores que sustentam a idéia de que estamos diante de um mundo cuja melhor forma de convivência seria pelas mediações da racionalidade técnica que marca as organizaçõesⁱⁱ, cujo ponto central é exercido em referência ao consumo, e não referido apenas a seu *lôcus* tradicional, o de bens duráveis e não duráveis.

Quanto ao primeiro apontamento – a divisão do trabalho em nível internacional –, é possível compreender que na esfera onde a mais valia é gerada (na produção) há uma redefinição internacional de tarefas produtivas que assolam as economias desarticuladas e sem planejamento, alcançando e estimulando empreendimentos a serem apenas partes de uma engrenagem de produção de valor em nível internacional. Forma-se, assim, uma grande rede de relações de produção, comércio, serviços e operações logísticas que reforçam o poder dos grupos capitalistas dominantesⁱⁱⁱ.

Diferentemente de serem encarados com um desenlace natural da própria vida em sociedade, todas essas manifestações que aqui são articuladas devem ser percebidas como uma criação humana. Nestes termos, o pensamento dominante de um mundo organizado sobre bases capitalistas e sua lógica de mercado e de empresas, torna-se coerente que se busque crescimento econômico, no qual as ênfases econômica e financeira tendem a preponderarem sobre as humanas.

Inserido no mesmo conjunto de relações, há crescente generalização da percepção de que valor é uma sinonímia absoluta de moeda. Por isso ficam de lado as verdadeiras fontes de valor: a terra (natureza) e o ser humano. É nesse sentido que Viveret (2006) tece críticas aos guias que a sociedade articula como termômetros para o desenvolvimento de países e regiões, como o Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento econômico, a produtividade, dentre outros. Suas críticas, apesar de já terem sido de certo modo discutidas por Furtado (1996), identificam que o PIB acaba por valorar indiretamente a destruições. Isso porque a partir destas, formam-se fluxos monetários de reconstrução associados a acidentes ambientais e a não contagem, no ao mesmo tempo em que as atividades voluntárias envolvidas com os mesmos acidentes, por exemplo, não são contabilizadas. Assim, mesmo a prevenção se torna contraproducente, pois bloqueia, de antemão, ciclo de destruição-reparações (VIVERET, 2006).

Nestes termos, o que deveria ser meio se torna fim, e o que é central se torna periférico, ou seja, o desenvolvimento humano. E quando a economia de mercado se expande para a sociedade de mercado (como visto, uma passagem nada natural, mas própria da existência humana e das relações de poder que lhes são próprias), forma-se um mundo que se articula e se desenvolve mais seduzido por quantidades que por qualidades, que gera uma racionalização que privilegia a promoção de uma arena mercadológica semelhante a um jogo de guerra (com ganhadores e perdedores) e não para estímulo ao pensamento e ações que promovam os jogos cooperativos (ganhadores/ganhadores) e o estímulo à participação ativa da população em defesa de seus direitos. Tem papel fundamental na sustentação desse tipo de comportamento as ações, geralmente de mão única, dos veículos de comunicação de massa no sentido de influenciar a opinião pública. Para Chauí (2006, p. 66), são ações que procuram "universalizar para todas as classes sociais os interesses e privilégios da classe dominante, operando como contra informação, alimentando e reforçando o processo de alienação social e política das demais classes sociais, comportamentos e interesses dos dominantes".

Esta situação faz conexão direta com o segundo ponto antes anunciado, a expansão dos valores da racionalidade técnica que marca as organizações e sua relação com a promoção do consumo. Este passa a exercer papel de eixo de uma realidade que passa a entender, crescentemente, o indivíduo como consumidor. Neste sentido, e diferentemente do que se dispõe ao indivíduo, suas funções passam a reduzi-lo a um papel essencialmente passivo, cuja racionalidade consiste em responder corretamente aos estímulos sedutores à compra de bens e serviços. Assim, o homem deixa de ser sujeito do processo no quadro da "racionalidade instrumental" e passa a ser aquele passível de ser analisado e programado (FURTADO, 2002).

4 Abundância e carência: clientes, recursos humanos e empresas socialmente responsáveis

Essa condição que tende restringir pessoas em consumidores se reflete também na restrição dos recursos humanos em força de trabalho descontextualizada e traz conseqüências importantes para a forma em que passa a ser organização e sociedade. O primeiro ponto sobre esse fenômeno se refere à condição de inserção do sujeito enquanto consumidor. Se o indivíduo passa a ser considerado por suas qualidades relacionadas à capacidade de consumo, esta se torna não apenas uma característica da pessoa, mas uma condição de ser reconhecida como tal.

Considerando a desigualdade na distribuição do capital, como pensar em participação por meio do consumo? Ou seja, se é notório ao senso comum expressiva parte da população mundial excluída do mercado de consumo, sobrevivendo praticamente com poucos recursos que mal garantem sua sobrevivência, como articular um estado de estar social que privilegia a organização e racionalização mercadológica? E apesar da pobreza ter estado presente em toda a história da humanidade, sua manifestação atual é peculiar, pois há recursos suficientes para erradicar a pobreza extrema em um lapso razoável de tempo (CIMADAMORE; HARTLEY e SIQUIERA, 2006), no entanto, os excedentes continuam direcionados para um pequeno grupo já marcado pela opulência e não àqueles que se mantêm à margem desse sistema de produção-acumulação.

Essa condição monetária de participação da vida social tem indicação peculiar do autor do livro que inspirou o filme em discussão, Joel Bakan. Ele comenta a idéia do *dollar voting* apregoada pelas mentes corporativas que, buscando justificar o pilar do consumo como benéfico para o destino da sociedade (talvez, uma inspiração baseada em HIRCHMAN, 1973), quando indivíduos, a partir de sua posição enquanto consumidores, poderiam influenciar os rumos da atividade produtiva (BAKAN, 2004b).

Mas uma simples observação na proposta aponta para seu viés de origem, que deturpa a condição de igualdade no processo de participação democrática, alterando o peso de cada votante nas decisões do futuro da sociedade. Dessa forma, não só há restrição do direito de voto aos que possuem capacidade de compra (consideremos a crescente concentração da riqueza produzida a cada ano) como é dado o direito de voto na proporção da quantidade de dólar de cada um, uma contradição básica à idéia democracia. Esse 'voto' seria uma referência descabida à escolha da empresa que passasse pelo 'escrutínio consciente' do consumidor, que elegeria as boas empresas e puniria as más.

Quando a discussão se encontra sobre o manto dos recursos humanos na contemporaneidade, é possível observar novos contornos a partir de mudanças internas e externas às corporações (BARBOSA, 2005). A primeira se originou na dificuldade em legitimar um discurso e uma prática que fossem ao encontro dos interesses das organizações, e a segunda, pelas transformações ocorridas no espaço produtivo, alterando a relação entre empregados, Estado e organizações. O rearranjo do setor produtivo invoca sob a chancela da competitividade o foco no trabalhador como diferencial competitivo, em substituição à égide dos modelos clássicos de produção. Nesse mesmo contexto, assiste-se a derrocada do Estado como mantenedor do bem-estar social e mediador de conflitos entre empregados e empregadores.

Um ponto de intersecção entre esses dois fatos históricos é a redução dos movimentos sindicais. Com a lente voltada para a competência do trabalhador, sendo inclusive a remuneração tratada de maneira específica, observa-se o deslocamento da força coletiva para a capacidade individual. Todavia, a lacuna deixada por qualquer tipo de ação mediadora – tanto pelo Estado quanto pelos movimentos sindicais – e pelo caráter de embate entre atores historicamente conflitantes – empregados e empregadores – passa a ser suprida por meio da 'humanização das ações', prática clássica que reside sob o manto do comportamentalismo em recursos humanos, porém, sob a tutela da organização.

Sob outro prisma, o do enfoque em competências e resultados, um novo olhar de recursos humanos elucida abordagens que transitam entre o objetivismo das práticas com foco em resultados e a abordagem reflexiva das relações de trabalho como âncora de sistemas sociais. No caso da gestão de recursos humanos sob o enfoque da competência, parece legítimo considerar o ambiente em que esta prática se insere (CHANLAT, 1985). Como equacionar um sistema equilibrado em que há necessidade das empresas em criarem ferramentas competitivas e, de outro lado (ou ao lado), a estrutura social que existe à margem de todo o processo altamente competitivo? Se respaldados pelos novos sistemas de carreiras, como difundir a perspectiva de competência caso não haja inserção das subcamadas de trabalhadores no sistema de carreiras em voga, uma vez que este parece desvelar apenas os interesses de uma classe para qual a mobilidade social e de trabalho é possível?

Em que pese a forma com que relações de trabalho são alocadas, parece ser legítimo ampliar a discussão sobre o delimitar da prática do trabalho sem fronteiras de empresas como Microsoft, e indicar que aberturas veladas podem mascarar a apropriação do indivíduo enquanto ser e, por outro lado, elucidar a tendência comportamentalista como elemento mediador de conflitos, comumente empregada em livros-texto utilizados nos cursos de administração.

A intersecção entre Estado, corporações e sociedade também dá contornos à discussão sobre ações de responsabilidade social. Essas incipientes – embora não necessariamente recentes – ações que vêm marcando a vida das corporações têm provocado embates sobre os limites da atuação da iniciativa privada e do poder regulador do Estado sobre esta. A reconhecida ineficiência do Estado em alguns setores de atuação acaba sendo usada para justificar a atuação da iniciativa privada em questões sociais. Porém, enquanto o Estado considera o bem público como objetivo a

ser alcançado, independente do meio que se utilize para tal (AZAMBUJA, 2001), a conduta socialmente responsável por parte das empresas se define como fator decisivo para o embate competitivo de mercado.

Com ações facilmente remetidas ao assistencialismo, a iniciativa privada assume para si as formas de canalizar os 'investimentos sociais', sendo suas decisões marcadas pela necessidade de agregar valor à imagem organizacional e ser identificada como empresa socialmente responsável. Ou, como defende Chauí (2006), socializa-se os custos de produção, mas mantém-se a apropriação privada do lucro e da renda. Esta, no sentido do que aqui vem sendo apresentado, não parece estar sendo socializada.

Em aceno à privatização do espaço público, a iniciativa privada é quem decide a forma de canalizar os "investimentos sociais". Ponto nevrálgico dessa perspectiva é o investimento realizado pelas entidades privadas junto ao setor social com recursos que, por princípio, seriam receitas do Estado. Tome-se como exemplo a *Lei Rouanet*^{IV}, que atribui às empresas a prerrogativa de abater no imposto de renda a pagar até 100% do investimento realizado em projetos culturais. Nesse caso, além de lograrem benefícios de imagem de marca, as empresas o fazem com "recurso público" que, em grande parte, não é direcionado a políticas e ações que emergem de demandas legitimamente originárias da sociedade. Para Freire (1983) e Dupas (2005), o envolvimento empresarial em ações nas quais a finalidade não é o bem comum – e aqui consideram-se os investimentos direcionados a ações que a entidade privada julga ser relevante – desfaz por completo a atuação com fim social.

Vê-se reforçado, nestas condições, o caráter de restrição à participação da população sobre seu destino. Novamente, tomando como "marca da sociedade brasileira a desigualdade econômica e social, a exclusão política e cultural e a violência com forma natural das relações econômicas e sociais", o que se pode esperar é uma crescente polarização da sociedade entre o privilégio e a carência (CHAUÍ, 2006, p. 66-67). Esse encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado, principalmente após as ações de referências neoliberais, dão às corporações espaço fértil para seu crescimento.

Em "*The corporation*" é possível perceber a apropriação de demandas privadas como elemento de diferenciação e rótulo social, quando na verdade, são as corporações quem determinam aonde e como investir. O filme incita outro debate que pode remeter à reinvenção do sistema capitalista sobre a égide fordista. Responsabilidade social torna-se relevante quando prescrita como elemento de ganho financeiro, e o ponto crítico dessa faceta se caracteriza pela tentativa de 'inclusão' da sociedade enquanto demandantes de produtos socialmente responsáveis, sem ao menos questionar a validade dessa oferta. E no lugar de se valorizar instituições que permitam criação, ampliação e consolidação de direitos econômicos, sociais e culturais que favoreçam a igualdade, observa-se os direitos dos cidadãos serem convertidos em serviços vendidos e comprados no mercado (deles dependentes).

5 *The Corporation* como fonte temática do ensino em administração

Basicamente, o filme articula três diferentes temas. Organizados no estilo de capítulos, o primeiro trata da patologia do comércio, quando os diretores analisam a força do auto-interesse como melhor descrição da patologia corporativa moderna. O segundo capítulo, que comenta a idéia de um Planeta S.A., trata das sofisticadas técnicas utilizadas pelos profissionais de marketing para fazer chegar a todos seus produtos e marcas. Neste caso vale destacar o chamado de *Nag factor*, iniciativa que supera um problema antigo de marketing – extrair dinheiro das crianças que tanto querem comprar, mas que não têm recursos para tanto.

A estratégia consiste em manipular as crianças com argumentos veiculados em ações promocionais (especialmente em propagandas e promoções de venda) no sentido de convencerem seus pais a comprarem determinados produtos (BRIDGES e BRIESCH, 2006). Considerando a realidade de intensa dedicação ao trabalho dentre os pais, quando pouco tempo acaba sendo destinado aos filhos, a sucumbência aos desejos dos filhos acaba sendo um alento ao sentimento de culpa comum aos pais contemporâneos. Neste exemplo, vê-se o quanto há de questionamentos éticos para serem discutidos com os alunos. A terceira parte examina a relação das corporações com governos, independentemente do estilo e propósito que estes últimos tenham, como os apoios dados por corporativos ao governo nazista alemão ou aos estados déspotas de hoje.

Por se tratar de um filme que pretende revelar um lado pouco explorado quando se pensa na formação dos alunos de graduação em administração, o filme sem torna rico em referenciar debates a partir de um veículo de comunicação com presença marcante entre os alunos. Dentre outros, seriam temas de debate diretamente relacionados com passagens do filme: a ética, a

responsabilidade social corporativa, as questões políticas e ideológica que marcam os fóruns de debate na sociedade atual, a relação de interdependência econômica e social entre indivíduos, corporações e nações, os impactos das atividades comerciais, nos indivíduos (e grupos de), comunidades e ao meio ambiente, assim como os amplos impactos da globalização nas relações inter e intrapaíses.

Para incrementar o uso do filme e ter mais sugestões de formas de se proceder aos debates em sala de aula e atividades complementares, vale sugerir visitas ao sítio <http://www.thecorporation.com/>, especialmente no *link* de educação, no qual constam recursos de livre acesso sobre esse guia de estudos a partir do filme.

6 Considerações finais

Entre a retórica e a prática efetiva, a ética tem sido requisito cada vez mais importante quando se pensa em mudanças de rumo para a sociedade, principalmente pela aclamada divulgação feita tanto na academia quanto nos veículos de comunicação de massa sobre questões ambientais.

Neste sentido, acredita-se que um resgate final a pontos discutidos por Chauí (2006) sobre partes da obra de Aristóteles seria de grande inspiração. Isso porque é a partir desse autor que foi concebida a diferença, hoje dispersa, entre espaço público e da política e o espaço privado dos interesses pessoais. No mesmo sentido, a distinção entre economia (*oikonomía*, relacionado à casa, ao espaço privado do chefe de família) e política (*politiké*, relacionado à cidade, ao espaço de atividade pública a respeito dos interesses e bens da cidade e dos direitos do cidadão).

Finalmente, soma-se a altercação, coerente com a divisão entre o privado e o público, entre as virtudes privadas e as virtudes públicas. Nestas últimas, a ética é a da justiça, elemento que pode ser tanto distributivo (que se refere aos problemas dos bens e da desigualdade) quanto participativo (que se refere ao exercício do poder e da igualdade). Assim, enquanto a justiça distributiva busca promover a distribuição, a participativa lida com o que não pode ser dividido ou compartilhado. Neste sentido, uma ação política injusta sob a ótica distributiva é aquela que trata a todos de forma igual, pois suas necessidades são distintas (pobres e ricos). Do mesmo modo, seria injusta do ponto de vista participativo quando não permite a participação de todos de forma igual, ou seja, deve-se dar acesso e poder político para que todos se manifestem e revelem suas insatisfações e exclusões, pois o poder político deve pertencer a todos os cidadãos de modo igual. Portanto, tratar desigualmente aqueles que devem ser considerados como iguais representaria injustiça. Por exemplo, a desestruturação das condições de educação que acaba restringindo o acesso aos que podem pagar por este serviço.

Assim, ressaltam-se os questionamentos aqui apresentados sobre a penetração da organização privada na disponibilização de assistência que deveria partir do Estado. O perfil eminentemente atrelado a retorno sobre os investimentos – que são objetivamente baseados em retorno financeiro e não em bem estar social – torna esse tipo de atividade privada marcada pela fricção da contingencialidade. Mudando as taxas de retornos ou surgindo novas atividades mais lucrativas, a tendência seriam movimentos de migrações.

Por fim, deve-se procurar evitar a aceção natural das ocorrências e tendências que se apresentam no decurso do caminho das relações econômicas e políticas que definem nosso futuro. A importância em se mediar a ação privada das corporações ecoa justamente num ambiente marcado pelas relações de poder que instrumentaliza os interesses de uns sobre os outros, e assim privilegia para uns em detrimento de outros. Por isso, são necessários questionamentos e ações quando as injustiças aristotélicas se fizerem percebidas. Ademais, dar prevaletimento a estruturas institucionais que minimizem o exercício dos governantes sobre os direitos dos governados, situação que parece crível quando se permite a ação privada sobre demandas públicas (educação, saúde, segurança, principalmente) e quando estas demandas se tornam restritas ao que se faz no mercado, quando se dinamiza a oferta e consumo de serviços mediados pela moeda.

Não se trata de tarefa fácil, dado que a grande mídia monopoliza a informação e o consenso é confundido com a unanimidade, de sorte que a discordância é posta como ignorância ou atraso. Todavia, parece ser de legítimo dever do educador trazer à tona tais questões, resgatando seu papel para além daquele que se restringe ao ensinamento da técnica. Além disso, mesmo que o fascínio pelos signos de prestígio e poder tenda a restringir as expectativas dos alunos ao acúmulo de conhecimento técnico aplicável ao cotidiano utilitarista das empresas, é necessário manter em mente o mais importante da formação universitária, o senso crítico apurado. Este, sim, parece ser o caminho mais curto para o prestígio e status, mesmo no ambiente empresarial.

Referências

- AZAMBUJA, D. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2001.
- BAKAN, Joel. **The corporation: the pathological pursuit of profit and power**. New York: Free Press, 2004a.
- _____. **The corporation: the pathological pursuit of profit and power**. **Dollar and Vote**, May/June, 2004b. p. 21-23.
- BARBOSA, A. C. Q. Relações de trabalho e recursos humanos em busca da identidade. **Revista de Administração de Empresas**, Edição Especial Minas Gerais. São Paulo, v.45, 2005.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRIDGES, E.; BRIESCH, R. A. The 'nag factor' and children's product categories. **International Journal of Advertising**, v. 25, n. 2, p. 157-187. 2006.
- CHANLAT, J. F. Quais carreiras e para qual sociedade?. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, nº 6, p. 67-75, 1985.
- CHAUÍ, M. *et alii*. **A ética na política: entrevista com Marilena Chauí**. In Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 17-84, 2006.
- CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CIMADAMORE, A.; HARTLEY, D.; SIQUIERA, J. **Prefácio**. In: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Cimadamore, A.; Hartley, D.; Siquiera, J (Org.), Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos oprimidos**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HIRSCHMAN, A. O. **Saída, Voz e Lealdade**. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates - Economia, 1973.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Lei Rouanet**. Disponível em <http://www2.cultura.gov.br/scripts/noticia.idc?codigo=1577>. Acesso em 20/05/2007.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report**, New York, 1998.
- REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In. CLEGG, R. S.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook de Estudos Organizacionais*, v.1, São Paulo: Atlas, 1999.
- VIVERET, P. **Reconsiderar a Riqueza**. Brasília: Ed. UnB, 2006.

ⁱ Lançado no Canadá e Estados Unidos no início de 2004 o filme foi exibido, no Brasil, pela primeira vez, na mostra Panorama do Cinema Mundial, do Festival do Rio 2004. Tem direção de Jennifer Abbott e Mark Achbar e roteiro de Joel Bakan e Harold Crooks. Entre os prêmios, ganhou o de Melhor Documentário - Voto Popular, no Sundance Film Festival, de Melhor Documentário - Voto Popular, no Festival de Filadélfia, o Prêmio Especial do Júri no Festival de Documentários de Amsterdã e o de Filme Canadense Mais Popular, no Festival de Vancouver.

ⁱⁱ Essa invasão da racionalidade tipicamente técnica-corporativa invade, inclusive, a instância cuja lógica de organização esteve fundamentada na justiça, ou seja, o poder público. Nos referimos, neste ponto, ao *Public Management* e sua derivação *New Public Management*.

ⁱⁱⁱ Forma-se uma concentração de poder de tal forma que, ainda na passagem do último século para este, faziam com que 200 corporações tivessem um volume de vendas superior ao PIB de todos os países do mundo, exceto os maiores, ou seja, 182 nações. E contra os que defendem este tipo de organização industrial como grande geradora de empregos, saiba que elas disponibilizavam postos para menos de um terço de um por cento da população mundial (UNDP, 1998). Além disso, 96% delas têm sua matriz em apenas oito países, por isso deve-se ter atenção ao argumento comum do neoliberalismo que insiste em desvinculá-las de qualquer base nacional, como se fossem empresas do mundo. Trata-se de empresas mundiais sim, mas na captação de recursos e comercialização, e não no destino prioritário de seus lucros. Ademais, a idéia de que são seus diretores e presidentes os grandes articuladores e negociadores de seus interesses também é uma visão insuficiente. A estreita relação que mantém com os governos de seus países de origem, assim como com os embaixadores, como nos casos de ameaças a seus interesses em território estrangeiros, faz destes seus fortes aliados. Dado seu poderio econômico, não é difícil imaginar o apoio que dão a pretendentes de cargos públicos nos diversos plebiscitos que há. Para dar reforço a esse argumento, me remeto à conclusão de estudo feito pela OCDE que indicou que "a competição oligopolística e a interação estratégica entre firmas e governos, e não a mão invisível das forças do mercado, que condicionam as atuais vantagens competitivas e a divisão internacional do trabalho nas indústrias de alta tecnologia" (OCDE, *apud* CHOMSKY, 2002, p. 124).

^{iv} Concebida em 1991 e formalmente conhecida como Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), possui como uma de suas ferramentas o Incentivo Fiscal (Mecenato). Esse mecanismo viabiliza benefícios fiscais para investidores que apóiam projetos culturais sob forma de doação ou patrocínio. Empresas e pessoas físicas podem utilizar a isenção em até 100% do valor do Imposto de Renda e investir em projetos culturais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007).